

Plano Recupera Pantanal divide população que enfrenta enchentes há mais de três décadas na Zona Leste de São Paulo

Após quase 40 anos enfrentando enchentes avassaladoras, entenda como a população do Jardim Pantanal está lidando com a realocação de milhares de moradias, a partir do novo projeto da prefeitura de São Paulo.

Por Giuliana Lima Miranda, Mariana Camargo, Sofia Faltz.



Ocupação nas margens do Rio Tietê na região da Chácara Três Meninas. Foto por Giuliana Miranda.

Em 1986, uma área ambientalmente frágil na várzea do Rio Tietê começou a ser ocupada por migrantes com o objetivo de construir suas novas vidas na cidade de São Paulo, mas sem condições financeiras para residir em moradias acima do nível da água. A região, que deveria ser uma área ambiental protegida, sofre com as consequências da chuva há mais de três décadas.

Com o aumento da chegada de famílias e as construções de suas casas, o Jardim Pantanal se tornou um bairro com cerca de 45 mil habitantes que enfrentam condições precárias como falta de saneamento básico e energia elétrica, estruturas de casas irregulares, e políticas públicas. Todos os anos, a região enfrenta frequentes enchentes, intensificadas pelo alagamento da área de várzea do Rio Tietê, fazendo com que a população viva com o

constante medo e temor de perder casas e bens, especialmente nas épocas com maior índice de chuva.

Um dos episódios mais marcantes na região aconteceu em dezembro de 2009, quando os bairros Jardim Pantanal e Chácara Três Meninas permaneceram inundados durante três meses após uma forte tempestade elevar o nível do Rio Tietê. A tragédia destruiu centenas de casas e instaurou um clima de medo e terror entre os moradores, que ficaram desabrigados e tiveram de enfrentar a água e a lama para tentar recuperar os seus pertences.

Na época, das 10.191 famílias cadastradas pela Secretária de Habitação, apenas 3.753 receberam auxílio-moradia durante o período de um ano. Além disso, a Prefeitura de São Paulo concedeu um auxílio-aluguel no valor de R\$300 para as famílias que aceitaram deixar as casas para demolição, com a promessa de que seriam realocadas para conjuntos habitacionais.

Maria Zélia Souza Andrade, moradora do bairro desde 1997 e uma das lideranças da Frente de Lutas, contou que experienciou as grandes enchentes que atingiram a região entre o final de 2009 e início de 2010. Andrade conta que os moradores acreditam que o fechamento temporário da Barragem da Penha, que ocorreu para proteger a Marginal Tietê de alagamentos, agravou as inundações dentro dos bairros no início de 2010, quando as comportas foram abertas novamente.

Agora em 2025, a região continua sofrendo com os mesmos problemas, tendo enfrentado a pior inundação dos últimos 15 anos em fevereiro, quando os moradores ficaram ilhados por sete dias sem acesso à comida, água potável e energia elétrica. Na ocasião, o prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB) disse que a única solução para os constantes alagamentos é que a população deixe o local. Logo após a enchente, foi protocolado um requerimento para a criação da CPI do Pantanal na Câmara Municipal de São Paulo, para investigar as causas das enchentes que o Jardim Pantanal e bairros vizinhos têm enfrentado ao longo dos anos.

Na tentativa de conter os danos causados pelas chuvas intensas, Ricardo Nunes anunciou o plano “Recupera Pantanal”, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, visando a recuperação ambiental e urbanização do distrito Jardim Helena, incluindo os bairros Chácara Três Meninas, Vila da Paz, Jardim Novo Horizonte e Terra Prometida. O projeto prevê a remoção de cerca de 4.344 famílias de áreas de risco do Rio Tietê até 2029, além de impedir novas ocupações na região.

Conforme consta na apresentação divulgada pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), o plano será feito de forma gradual, e é dividido em três fases de ação: a primeira, segunda e terceira fase. A primeira fase de intervenções vai se estender de julho de 2025 até outubro de 2026 e consiste na remoção de aproximadamente 1.000 famílias, além da limitação da área desocupada com muro de gabião, pavimentação das vias e inspetoria permanente da CGM Ambiental para que as áreas não voltem a ser ocupadas. A previsão

estipulada é de que a segunda fase dure entre novembro de 2026 e junho de 2028, enquanto a terceira fase tem início previsto para julho de 2028 e conclusão em dezembro de 2029.

A notícia do reassentamento foi uma surpresa para os moradores, principalmente aquelas famílias que serão afetadas pela fase 1 do programa, que não sabem como e para onde irão se mudar, visto que a falta de condição financeira para pagar por uma melhor habitação é um problema para a maioria. No dia 4 de novembro, a Frente das Lutas e os moradores da Chácara Três Meninas realizaram uma assembleia com a SEHAB para discutir sobre as convocações recebidas na vizinhança para que se cadastrem para o reassentamento. Na reunião, moradores reclamaram sobre o valor insuficiente do auxílio aluguel para as famílias, e também que todos tenham direito de permanecer em suas casas até que as demandas sejam cumpridas.



Moradores da Chácara Três Meninas lotam galpão onde acontecia a reunião com a SEHAB. Foto por Sofia Faltz.

A prefeitura disponibilizará um auxílio-aluguel de 600 reais para cada família que terá que ser realocada durante o projeto, mas para muitos, como Dona Eunice, o valor não é suficiente. “Eu quero sair daqui, mas pelo o que eles estão dando, é muito pouco. Eu tenho meus animaizinhos, meus dois netos, que eu ajudo. Aí eu fico depressiva, no remédio direto. Fico preocupada com o que a gente vai fazer”. Ela também relata que não dorme durante chuvas por conta de já ter passado por três enchentes diferentes em sua casa, e que a moradia de seu filho ficou completamente inundada no ano passado, onde a perda foi total.



Eunice posa com porta-retrato da sua casa na Chácara Três Meninas. Foto por Giuliana Miranda.

Dona Eunice e sua família fazem parte de um dos diversos moradores da Chácara Três Meninas que estão previstos para serem realocados em janeiro de 2026 durante a primeira fase do projeto da Prefeitura de São Paulo. “Tem uns 30 anos que eu moro aqui, e eu amo. Mas, infelizmente, quando viemos para cá, tinha um terreno que a gente criava galinhas, tinha muitas plantas, e com o tempo as chuvas foram ‘comendo’ a terra”.

Sua filha, Joelma, explica que moradores da área, como ela e sua família, não encontram opções de moradias em locais com menos risco de enchentes, o que complica mais o processo de realocação. “A maioria das ruas alagou tudo, e aí juntou com a água de esgoto, e ficou precário mesmo. Não era somente água da chuva. Foram duas semanas terríveis”.

Joelma reforça que o governo deve reavaliar os valores de auxílio inicialmente oferecidos, para que as famílias tenham a condição financeira de sair da área, e que seria ideal que o governo comprasse as casas dos moradores, para que todos tenham a oportunidade de aumentar seus orçamentos. “A gente até quer sair sim, só que a questão é que o Prefeito revisse esses valores. É impossível você alugar uma casa com 600 reais. Eu tenho duas crianças pequenas, minha mãe, que já é idosa, e só tem uma pensão, que é salário mínimo”.

Mãe e filha enfatizam que muitas casas disponíveis para aluguel não permitem crianças na propriedade, o que dificulta seus processos mais ainda. Além disso, elas valorizam a vida em comunidade na Chácara Três Meninas, diante das enchentes enfrentadas ano após ano, se estabeleceu um vínculo muito forte de apoio na vizinhança.



Animais podem ser encontrados na várzea do Tietê, junto ao entulho. Foto por Giuliana Miranda.

A ativista Maria Zélia Souza Andrade aponta que os problemas de saneamento básico e inundações se tornaram mais frequentes desde a implementação do Água Legal, programa da SABESP que visa regularizar o abastecimento de água em situações de vulnerabilidade social. “Foi uma coisa que nós lutamos, para ter água e esgoto legal. A empresa, junto com a SABESP, fizeram errado, e agora nós estamos sofrendo as consequências. Quando chove, a água sobe pelo esgoto, fora o próprio que já fica livremente pelas ruas”. Na Chácara Três Meninas, é possível ver esgoto à céu aberto pelas ruas do bairro.

A Frente de Luta do Jardim Pantanal acha necessário que as casas localizadas na beira do rio, as primeiras a serem atingidas durante as enchentes, sejam retiradas da área, contanto que o poder público garanta que os moradores recebam suas devidas indenizações. “Nós defendemos que essas casas perto do rio saiam também, mas que seja indenizada. Que o Governo Estadual e Municipal possam indenizar esses moradores. A gente fica indignado. Por que os moradores não podem ficar na beira do rio? Por que a USP Leste, o Centro de Treinamento do Corinthians, a Bauducco e tantas outras empresas podem ficar?”.

Ainda durante o encontro com a Secretária Municipal de Habitação, a população local clamou para que o projeto tenha uma agenda permanente, assim as demandas dos afetados pelo Recupera Pantanal seriam ouvidas pela Prefeitura. Além disso, os moradores da região pedem a garantia de que as famílias não sejam endividadas durante o processo de entrega dos apartamentos dos conjuntos habitacionais que estão sendo prometidos pela SEHAB. Eles

também querem que uma parceria com o Governo do Estado de São Paulo seja estabelecida para oferecer um reajuste no auxílio-aluguel, que passaria de R\$600 para R\$1.200.

É inegável que é necessária a intervenção do Estado na questão das enchentes na região do Jardim Pantanal. A arquiteta e pesquisadora Francine Sakata afirma que as ações propostas pela Prefeitura de São Paulo, incluindo a microdrenagem, barreiras de gabião para evitar novas ocupações, e a construção de parques em áreas liberadas são necessárias para lidar com as emergências climáticas como as que acontecem no bairro, sendo crucial retirar e reassentar as famílias das áreas de alto risco. “O projeto, em si, é bom. Mas, se a questão habitacional não der a segurança de que o reassentamento vai oferecer um local no mínimo equivalente, será difícil implementar”, analisa a arquiteta.

A falta de confiança no poder público devido a promessas não cumpridas, como na Operação Urbana Água Espreada de 2001 onde a construção de conjuntos habitacionais não se concretizou na escala prometida, dificulta o reassentamento. “Não é à toa que as pessoas têm receio, são muitos anos de más notícias”, diz Sakata.